

PERSPECTIVAS DOS PAIS QUANTO À INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

PARENTS PERSPECTIVES ON SCHOOL INCLUSION OF PEOPLE WITH DOWN SYNDROME

Gabriela Regina Gonzaga Rabelo²⁴
Talita Maria Monteiro Farias Barbosa²⁵
Ivonaldo Leidson Barbosa Lima²⁶
Cynderella Karla Moraes de Lima²⁷
Larissa Nadjara Alves de Almeida²⁸
Isabelle Cahino Delgado²⁹

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de inclusão escolar de sujeitos com síndrome de Down de acordo com a perspectiva dos pais. Possui natureza quantitativo-qualitativa; a população foi composta por 35 pais de sujeitos com síndrome de Down que responderam a um questionário sobre o processo de inclusão escolar dos filhos. A maioria dos sujeitos está inserida na escola regular e encontram-se cursando diferentes fases do ciclo escolar. Dentre os aspectos acerca da inclusão escolar questionado aos pais, a falta de conhecimento dos profissionais que atuam na escola sobre a síndrome de Down e seus direitos foi considerada a mais recorrente. Partindo desse pressuposto, sabemos que o despreparo dos profissionais e a falta de conhecimento como um todo pela sociedade são uma grande barreira para inclusão. O espaço escolar é um ambiente de interação para com os pares, ou seja, um meio que propicia o desenvolvimento do sujeito como um todo, fundamentalmente nos aspectos sociais e linguísticos. Já que no aprendizado da língua é crucial a influência dos fatores sociais, ou seja, o outro, as representações, a cultura e os diferentes contextos de utilização da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Down. Inclusão Escolar. Linguagem.

ABSTRACT: The present study aims to analyze the process of school inclusion of subjects with Down syndrome according to the parents' perspective. It has quantitative-qualitative nature, the population was composed of 35 parents of subjects with Down syndrome who answered a questionnaire about the process of children's school inclusion. The majority of subjects are enrolled in a regular school and are attending different phases of the school cycle. Among the aspects about the questioned school inclusion to the parents, the lack of knowledge of the professionals that work in the school about Down syndrome and their rights was considered the most recurrent. Based on this assumption, we know that the unpreparedness of professionals and the lack of knowledge as a whole by society is a big barrier to inclusion and increase of prejudice. The school space is an environment of interaction with peers, that is, a medium that fosters the development of the subject as a whole, fundamentally in social and linguistic aspects. In language learning, the influence of social factors, in other words, the other, representations, culture and different contexts of language use is crucial.

KEYWORDS: Down Syndrome. School Inclusion. Language.

²⁴ Mestranda no Programa de Pós-graduação de Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Brasil. Email: gabrielarabelo9@gmail.com

²⁵ Mestranda no Programa de Pós-graduação de Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Brasil. Email: talita_farias@hotmail.com.br

²⁶ Doutorando no Programa de Pós-graduação de Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Brasil. Email: ivonaldoleidson@gmail.com

²⁷ Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Brasil. Email: cindy.karla@hotmail.com

²⁸ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Modelos de Decisão em Saúde pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Brasil. Email: larissa_nadjara@hotmail.com

²⁹ Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB -, Professora do Departamento de Fonoaudiologia e do Programa de Pós-graduação em Linguística – UFPB – Brasil. Email: fgaisabelle@hotmail.com

1 Introdução

A síndrome de Down (SD) é decorrente de uma alteração genética na qual o indivíduo possui um cromossomo a mais no par 21, sendo esta a sua causa mais comum. As pessoas com SD, dentre outras características físicas e clínicas, apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiência intelectual e hipotonia muscular. Consequentemente, eles também apresentam dificuldades e alterações de fala devido a algumas características anatomofuncionais e incoordenação de movimentos que comprometem a inteligibilidade; assim como alterações nos processos subjacentes a aprendizagem, como déficit de memória de curto prazo, alterações sensoriais, falhas de processamento auditivo, déficits de processamento fonológico, dentre outras características que retardam o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral em todos os seus níveis, e consequentemente geram dificuldades que tornam o desenvolvimento da linguagem escrita lento e cheio de particularidades (LIMONGI, 2004; BISSOTO 2005, LAVRA-PINTO, 2014).

Contudo, de acordo com Silva e Kleinhans (2006) ter a síndrome em questão não deve determinar um prognóstico, visto que a comunidade científica coloca que não há graus da síndrome de Down. As diferenças quanto ao desenvolvimento ocorrem devido às características individuais, estimulação, ambiente em que estão inseridos, maior ou menor presença de alterações clínicas, entre outros fatores. Sendo assim, inserir a pessoa com SD em ambiente solícito que possa promover diferentes estímulos e possibilidades de descobertas e permitir a reorganização e plasticidade cerebral da pessoa com SD impulsionará sua evolução. Dessa forma, o ambiente escolar é um espaço favorável ao desenvolvimento das habilidades sociais, linguísticas da pessoa com SD, além de oferecer o ensino formal e específico necessário para a alfabetização.

De acordo com as concepções Vygotskianas, as quais são regidas pelos conceitos de se mesclar diferentes níveis de aprendizagem de forma a respeitar cada particularidade em seu próprio processo, o ensino da língua não pode restringir-se à análise das formas linguísticas em si, como passíveis de significados invariáveis e pré-definidos/estabelecidos. De fato, a língua não existe em estado de dicionário, com sentidos sempre determinados e estáveis, mas tem um complexo funcionamento, influenciado por fatores sociocognitivos (representações, papel social/cultural dos atores, identidades, etc.) e pelos diferentes contextos nos quais é utilizada (VYGOTSKY, 1989). Ao adotar práticas que consideram a concepção social do ensino da língua escrita, facilita-se o processo de aprendizagem da pessoa com SD, possibilitando que o mesmo compreenda seu uso e sua funcionalidade.

A inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais tem ganhado cada vez mais espaço e aguçado debates e discussões sobre a implantação e efetivação de políticas públicas que visem a melhoria da acessibilidade, bem como uso de recursos apropriados, assim como capacitação de toda a equipe pedagógica e profissional. Tal aspecto é fundamental para a consolidação da inclusão educacional e social desses indivíduos.

O paradigma da inclusão trouxe para a escola regular o desafio de aceitação da diversidade e a necessidade de adaptação do currículo, de modo que este possa ser flexível e comprometido com uma educação verdadeiramente inclusiva que possa suprir as necessidades educacionais de todos os seus alunos, de modo que o processo de aprendizagem não seja prejudicado (CASTRO, PIMENTEL 2009). E nesse processo de inclusão, não só os alunos com necessidades educacionais especiais se beneficiam, o ambiente oferecido pela escola regular possibilita a convivência de todos com a diversidade, tornando a construção de saberes mais efetivo (ANHÃO, PFEIFER, SANTOS, 2010).

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar o processo de inclusão escolar de sujeitos com síndrome de Down de acordo com a perspectiva dos pais.

2 Metodologia

O presente estudo é de natureza quantitativa-qualitativa, do tipo descritiva e de temporalidade transversal. A população do estudo foi composta por trinta e cinco pais de sujeitos com síndrome de Down, escolhidos de forma aleatória, em um projeto extensão, vinculado ao Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, onde seus filhos recebem acompanhamento semanal. Como critério de inclusão, todos os pais deveriam ter ou já ter tido seus filhos inseridos na escola regular.

A coleta de dados ocorreu no período de setembro a novembro de 2016, com a aplicação de um questionário, contendo doze questões, especificamente elaborado para atender aos objetivos desse estudo, com perguntas que abordavam a temática de inclusão escolar, contendo seis perguntas objetivas (sim/não) e seis perguntas subjetivas que solicitavam que o pesquisado justificasse suas respostas.

Os dados foram categorizados e alocados em uma planilha digital. Realizou-se análise estatística descritiva e inferencial, através do teste Qui-Quadrado para verificar associação entre as variáveis. Utilizou-se o software estatístico R, versão 2.11.0. com nível de significância igual a 5%.

Todos os participantes foram informados verbalmente e por escrito sobre os objetivos da pesquisa e o procedimento de coleta. Os que se sentiram à vontade em participar da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, sob parecer do CAAE, número 1.302.829.

3 Análise dos dados e discussão

O número de pessoas com síndrome de Down inseridas nas escolas vem crescendo nos últimos anos, fruto de muitas lutas e ganhos na legislação. Um grande marco no âmbito dos direitos das pessoas com deficiência foi a lei nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989, que lhes garantiu o acesso à educação, saúde, trabalho, lazer, previdência social e transporte. Porém, um dos aspectos principais da lei é o fato de garantir a matrícula compulsória de pessoas com deficiência em estabelecimentos públicos e particulares (BRASIL, 1989).

Recentemente mais uma lei trouxe benefícios e garantias a essas pessoas, a Lei Brasileira de Inclusão, destinada a assegurar e promover o exercício dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, a inclusão social e a cidadania. Dentre os aspectos destacados na Lei, o capítulo VI destina-se à educação, e atribui ao poder público a criação e o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo. Trata sobre assuntos como o atendimento educacional especializado, adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, disponibilização de recursos de tecnologia assistida entre vários outros aspectos (BRASIL, 2015).

Reconhecendo a importância e a necessidade da aplicabilidade destas leis para melhorias no ensino de pessoas com necessidades educacionais especiais, o estudobuscou analisar se o processo de inclusão escolar se faz presente na escolarização de sujeitos com SD sob a perspectiva dos pais.

Na Tabela 1, encontram-se os resultados das respostas dos pais nas perguntas de 1 a 5 que caracterizam os sujeitos com SD, de acordo com as informações referidas pelos pais. Em sua maioria são do sexo feminino (57,1%, n=20), com idade acima de 15 anos (37,1%, n=13), inseridos em escolas (80,0%, n=28) estudando o ensino fundamental I (37,1%, n=13) da rede privada de ensino (48,6%, n=17).

Tabela 1 – Caracterização dos sujeitos com síndrome de Down, de acordo com as informações referidas pelos pais.

Variáveis	N	%
Sexo		
Feminino	20	57,1
Masculino	15	42,9
Idade		
Entre 0 e 5 anos	7	20,0
Entre 6 e 10 anos	7	20,0
Entre 11 e 15 anos	8	22,9
Acima de 15 anos	13	37,1
Inserção na escola		
Sim	28	80,0
Não	7	20,0
Escolaridade		
Educação Infantil	9	25,7
Fundamental I	13	37,1
Fundamental II	10	28,6
Ensino Médio	1	2,9
Não Respondeu	2	5,7
Rede		
Pública	17	48,6
Privada	11	31,4
Não respondeu	7	20,0

Ao realizarmos uma análise dos dados que tratam da inserção escolar de seus filhos, os responsáveis que responderam a não inserção dos mesmos na escola foram solicitados a justificar sua resposta, conforme evidenciado no quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Relatos dos pais que justificam a não inserção escolar.

“Porque ainda estou esperando um cuidador na rede municipal de ensino.” (Mãe de uma menina de 7 anos).

“Por causa das dificuldades que os professores não estão preparados para lidar, livros adaptados e mediadores.” (Mãe de uma jovem de 16 anos).

“Não conseguiu se alfabetizar, como saiu da faixa de idade, hoje frequenta o reforço escolar.” (Mãe de uma jovem de 33 anos).

Ao analisar as respostas dos pais cujos filhos não estão inseridos na escola é possível perceber que apesar de um grande número de leis e garantias que as mesmas trazem, ainda há muito a ser feito para que a inclusão ocorra de fato. O que acontece, muitas vezes, é que as escolas negam a matrícula ou recebem a criança/adolescente de forma a cumprir a lei, mas não é oferecida uma educação de qualidade a esse sujeito. O papel da escola que deve ser o ensino formal associado à inclusão social é convertido apenas a um espaço para que o deficiente intelectual possa interagir e socializar, onde o ensino dos conteúdos é deixado de lado.

De acordo com Luizet *al.*(2008) uma grande barreira para a inclusão de pessoas com síndrome de Down é a falta de preparo dos profissionais envolvidos, a participação familiar e uma rede interdisciplinar de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Essa interligação e trabalho conjunto não somente iriam ajudar a lidar com as dificuldades apresentadas pelos alunos como também iria permitir que esses avançassem. Pois apesar da síndrome e das dificuldades apresentadas por esses sujeitos é possível que eles aprendam e tenham um percurso escolar satisfatório (DUARTE, 2008).

A tabela 2 apresenta os dados referentes às características da inclusão escolar na perspectiva dos pais participantes da pesquisa. Pode-se observar que 57,1% (n=20) dos pais relatam que os direitos de seus filhos são respeitados na escola, enquanto 42,9% (n=17) disseram que não, 19 (54,3%) genitores inferiram que não sofreram nenhum tipo de discriminação ao tentar matricular seus filhos nas escolas, em contrapartida, 16 (45,7%) relataram que sim. A grande maioria dos pais inferem que a inclusão não é praticada como preconiza a lei (71,4%, n=25) e a falta de conhecimento dos profissionais que atuam na escola sobre os direitos da pessoa com deficiência interferem na aprendizagem de seus filhos (80,0%, n=28).

Tabela 2 – Características da inclusão escolar na perspectiva dos pais participantes da pesquisa

Variáveis	Sim		Não		Não Respondeu	
	N	%	N	%	N	%
Discriminação	16	45,7	19	54,3	0	0
Direitos	20	57,1	17	42,9	0	0
Preconceito	10	28,6	24	68,6	1	2,9
Prática de inclusão	10	28,6	25	71,4	0	0
Falta de conhecimento	28	80,0	7	20	0	0

Apesar de trazerem resultados positivos a respeito dos direitos, práticas de discriminação ou preconceito, a diferença é bastante pequena entre as respostas, revelando que por mais que as pessoas com síndrome de Down tenham ganhado visibilidade no que diz respeito à garantia de direitos e diminuição da discriminação, ainda se faz presente práticas de preconceito e o não cumprimento dos seus direitos.

No entanto, o resultado que se destaca diz respeito à falta de informação dos profissionais que lidam com os filhos dos sujeitos pesquisados, atingindo um percentual de 80% das respostas. A falta de informação é um fator que acaba por gerar preconceito. O fato de não conhecer as habilidades das pessoas com síndrome de Down faz com seja perpetuado o estigma de incapazes, bonzinhos, especiais e que não aprendem, ou seja, a sociedade enxerga apenas uma generalização das características desses sujeitos, mas desconhece as potencialidades e as diversas possibilidades do seu desenvolvimento.

O acesso à informação principalmente por parte de professores e demais profissionais, despidos de preconceito com apoio de recursos materiais e humanos representam uma grande

força para que a inclusão escolar aconteça e, conseqüentemente, a inclusão social. O trabalho desses profissionais vai além de apenas receber o aluno com a síndrome, mas passa por: buscar meios de otimizar seu desenvolvimento, suprir suas necessidades e torná-lo um sujeito integrante da comunidade escolar de fato (SAAD, 2003).

Porém, o ensino da modalidade linguística escrita nesta população deve ir além do desenvolvimento da escrita como uma codificação e decodificação de sinais gráficos, as práticas devem integrar o sujeito ao amplo mundo das letras.

Ante o exposto, faz-se necessário que os profissionais que atuam na educação, durante a sua formação, sejam instrumentalizados sobre o seu trabalho com crianças especiais em sala de aula, permitindo, assim, que eles busquem se atualizar ao longo do tempo acompanhando as transformações de sua área de conhecimento e contribuindo de forma reflexiva no processo de aprendizagem do qual fazem parte. Muitas vezes o deficiente intelectual enfrenta tantas dificuldades no percurso escolar que cria aversão a gêneros escritos, por isso, é importante ressaltar que as atividades escolhidas em sala de aula precisam ter significado prático e temas de interesse da pessoa Down visando o uso da escrita em seu cotidiano.

Apresentaremos, nos quadros 2 e 3, relatos de alguns dos pais que justificaram suas respostas ao relatar que passaram por situações de discriminação ao tentar matricular seus filhos na escola ou algum tipo de preconceito por parte de funcionários, alunos e pais de alunos da escola.

Quadro 2. Relatos dos pais discriminação na matrícula.

“Fui informada que meu filho só seria matriculado se sobrasse vaga, apesar de ter ido realizar a matrícula logo no início do período de matrículas para alunos novatos.” (Mãe de um jovem de 18 anos, estudante do 1º ano do ensino médio).

“A escola disse que não tinha um profissional capacitado.” (Mãe de um menino de 11 anos, estudante do 4º do ensino fundamental).

“Quando meu filho tinha três anos, visitei dezenas de escolas para efetivar a matrícula. No entanto, ao relatar que ele tinha síndrome de Down, surgiram as justificativas: não estamos preparados e você precisa contratar um profissional para acompanhá-lo por fora.” (Mãe de um menino de 6 anos, estudante da educação infantil).

Quadro 3. Relatos dos pais sobre situações de preconceito.

“Falavam que ela não era para estudar com os normais, só com pessoas como ela.” (Mãe de uma menina de 10 anos, estudante do 4º ano do ensino fundamental).

“Em uma escola que meu filho estudou, contratou uma profissional capacitada no ensino de pessoas especiais, esta mesma profissional, ao fazer uma pergunta para o meu filho que teve dificuldade de responder, o reprimou inclusive o chamando de burro” (Mãe de um jovem de 17 anos, estudante do 8º ano do ensino fundamental).

“Várias vezes quando fui pegar na escola ela estava excluída no canto da sala sozinha, isso me doeu muito!” (Mãe de uma menina de 7 anos, que atualmente não está inserida na escola).

As práticas que sugerem ideias preconceituosas estão presentes nos mais variados contextos. Até mesmo nos casos de donos ou diretores de escolas que se dizem educadores, porém rejeitam a matrícula de alunos com a síndrome (SAAD, 2003). Apesar de já garantida

por lei, há dificuldades na matrícula de alunos com deficiência, como se evidencia nos relatos das mães do presente estudo. Nos casos aqui mencionados, a rejeição vem acompanhada de um pretexto, ou seja, uma transferência da culpa como uma tentativa de amenizar o fato do aluno estar sendo rejeitado pela escola.

No estudo feito por Luizet *al.* (2008), que analisou a inclusão em diversos países, foi visto que nos locais onde de fato a inclusão foi efetivada, inúmeros benefícios foram trazidos para as crianças com síndrome de Down. Além do que quando a escola é inclusiva não é apenas a criança com necessidades educacionais especiais que se beneficia, mas todas as crianças que começam a conviver com a diversidade, tornando-se assim sujeitos mais preparados para as diferenças que encontrarão ao longo de suas vidas (ANHÃO, PEIFFER, SANTOS, 2010).

Buckley *et al.* (2006) compararam alunos com SD de uma escola regular e de uma escola especial, verificou-se que o grupo que estava incluído na escola regular obteve maiores benefícios para a linguagem, comportamento e aspectos acadêmicos. É no contexto da escola que as crianças e adolescentes com SD interagem com seus pares e professores sendo a escola um espaço de oportunidades para o desenvolvimento da linguagem. Já que esta é um resultado de um processo de interação do sujeito com o outro e com o meio social (LUIZ, BORTOLI, FLORIA-SANTOS e NASCIMENTO, 2008).

Partindo dessa premissa, os autores Alves, Delgado e Leitão (2008) mencionam que no ensino da criança com Down:

Tanto na construção da escrita, quanto no processo de alfabetização motora, a realização de atividades em sala de aula, a diversificação de movimentos com diferentes materiais e/ou objetos, as diversas formas de relações interpessoais, quer seja por observação, quer seja através da participação conjunta, promovem um maior nível de desenvolvimento às crianças.

Deste modo, uma forma de utilizar materiais concretos é atuar com ações voltadas ao Letramento, demonstrando à criança o sentido da linguagem escrita para que esta faça parte de seu cotidiano, ensinando aquilo que é necessário para que ela ganhe autonomia. De acordo com Vygotski (1989) “o que se deve fazer é ensinar às crianças a linguagem escrita, e não apenas a escrita das letras” (p. 157). Ou seja, criar mecanismos que sejam prazerosos e venham auxiliá-los a desenvolver o máximo de seu potencial.

A inclusão na escola não se limitar à realização da matrícula do aluno com a síndrome, cabe à escola tomar uma série de atitudes que visem sensibilizar toda comunidade educacional, com o objetivo de compreender a pessoa com deficiência, suas capacidades, seus direitos, desfazer o estigma e levar a uma integração desse sujeito digna e efetiva. Cabe também à escola preparar e apoiar seus profissionais para que sejam capazes e sensíveis para trabalhar junto a pessoas com deficiência. Se o ambiente em que o aluno se encontra for acolhedor e produtivo o mesmo se sentirá confortável e também produtivo, no entanto se o ambiente for discriminatório ele se sentirá excluído e incapaz (ANHÃO; PFEIFFER; SANTOS, 2010).

Quanto às associações entre idade dos sujeitos com Down e variáveis referentes à inclusão, observou-se que a discriminação ($p=0,042$), os direitos ($p=0,018$) e o preconceito ($p=0,040$) estão associados à idade de forma significativa. A tabela 3 mostra que crianças de 6 a 10 anos passam por mais situações de preconceito por parte de professores, direção, alunos e pais de alunos (57,1%, $n=4$) do que as outras faixas etárias. Já os jovens maiores de 15 anos são mais discriminados ao tentarem se matricular nas escolas (69,2%, $n=9$), além de não terem a prática de inclusão preservada como garante a lei (48,0%, $n=12$). Ou seja, socialmente a SD é mais aceitável quando a criança é pequena, visto que essas crianças não sofreram preconceito (100%; $n=7$) e as entre 6 e 10 anos sofreram, bem como muitas maiores de 15 anos (46,2%; $n=6$).

Tabela 3 – Associação entre idade dos sujeitos com Down e variáveis referentes à inclusão

Variáveis	IDADE								p-valor
	0 a 5 anos		6 a 10 anos		11 a 15 anos		< 15 anos		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Discriminação									
Sim	2	28,6	3	42,9	2	25,0	9	69,2	0,042*
Não	5	71,4	4	57,1	6	75,0	4	30,8	
Direitos									
Sim	6	85,7	5	71,4	6	75,0	3	23,1	0,018*
Não	1	14,3	2	28,6	2	25,0	10	76,9	
Preconceito									
Sim	0	0,0	4	57,1	0	0,0	6	46,2	0,040*
Não	7	100	3	42,9	8	100	6	46,2	
Não respondeu	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100	
Prática inclusão									
Sim	4	57,1	2	28,6	3	37,5	1	7,7	0,117
Não	3	12,0	5	20,0	5	20,0	12	48,0	
Falta conhecimento									
Sim	7	100	5	71,4	5	62,5	11	84,6	0,282
Não	0	0,0	2	28,6	3	37,5	2	15,4	
Inserção na escola									
Sim	7	100	5	71,4	8	100	8	61,5	0,077
Não	0	0,0	2	28,6	0	0,0	5	38,5	

Teste Qui-Quadrado; *p<0,05

Ao analisar os resultados referentes à tabela 3, concluímos que as crianças de seis a dez anos passam por mais situações de preconceitos por suas dificuldades se tornarem mais frequentes na fase de alfabetização. Vale salientar que ao adotar práticas que consideram a concepção social do ensino da língua escrita, facilita-se o processo de ensino-aprendizagem do aluno com SD, possibilitando que os mesmos aprendam de forma mais prazerosa, significativa e contextualizada. Para isto, é necessário que as escolas realizem uma adaptação do conteúdo escolar considerando as características da síndrome e o conhecimento de mundo do sujeito com SD. Quanto aos achados referentes à discriminação durante o processo de matrícula do aluno maior de 15 anos, concluímos que isto está relacionado ao estigma de incapacidade que ainda está atrelado ao jovem com SD.

A última pergunta do questionário solicitava que os pais discorressem sobre as principais barreiras que seus filhos enfrentavam dentro da escola e, assim, o quadro 4 expõe algumas das respostas (quadro 4).

Quadro 4. Relatos dos pais sobre barreiras enfrentadas por seus filhos na escola.

“A maior barreira enfrentada é a falta de boa vontade de fazer a verdadeira inclusão: falta mediadora, professores qualificados com conhecimento na síndrome de Down, não tem sala de recurso. E o mais grave não acreditam no potencial das pessoas com síndrome de Down. Achem que o papel da escola é só a socialização”. (Mãe de um jovem de 18 anos, estudante do 1º ano do ensino médio).

“Por ela não aprender com mais facilidade os professores não se empenham muito em ensinar.” (Mãe de uma menina de 8 anos, estudante do 1º ano do ensino fundamental).

“Não ser tratado como os outros. Sempre olhando de lado, com preconceito.” (Mãe de menina de 10 anos, estudante do 4º ano do ensino fundamental).

Mais uma vez, podemos observar que os discursos dos pais aqui citados giram em torno do que acreditam ser falta de conhecimento dos professores e falta de recursos para que a inclusão seja efetiva, constituindo-se deste modo uma barreira no desenvolvimento escolar destes sujeitos.

Para que a inclusão escolar ocorra de modo satisfatório e traga consigo benefícios a todos os envolvidos neste processo, é preciso que as escolas regulares estejam dispostas a incluir verdadeiramente os sujeitos com necessidades educacionais especiais, como o sujeito com SD, além da matrícula por questões legislativas. É necessário que as escolas estejam abertas às mudanças que possivelmente serão necessárias para inclui-lo no ambiente escolar e ainda que as escolas firmem um trabalho de parceria com outros profissionais e principalmente com os pais, para juntos construam um processo de inclusão escolar efetiva.

4 Conclusão

O processo de inclusão educacional da pessoa com SD deve considerar as necessidades educacionais próprias da síndrome além de compreender e respeitar as particularidades de cada sujeito. De acordo com Castro e Pimentel (2009), incluir a pessoa com SD estimula o desenvolvimento das habilidades através da convivência com as diferenças, criando oportunidades de interação social e favorecimento do desenvolvimento global e da linguagem desses indivíduos. As necessidades educacionais específicas devem ser atendidas de forma que os princípios básicos da educação propostos aos demais alunos não sejam esquecidos, sendo muitas vezes necessário um processo de adaptação curricular. Para que isso aconteça de forma efetiva é necessário que os professores e demais profissionais que atuam no ensino regular, sejam capacitados de modo que lhes permitam conhecer as necessidades, particularidades e potencialidades de seus alunos possibilitando a construção de novas práticas de intervenções, mais significativas para o aprendizado daqueles que tem necessidades educacionais especiais.

Com os dados desta pesquisa, observamos que, apesar de grandes avanços e aumento da produção de conhecimentos acerca do processo educacional de pessoas com SD, diversos tópicos referentes à temática ainda são de grande anseio vivido e compartilhado pelos pais das pessoas com a síndrome. Seja por experiências negativas, relatos de quem convive com pessoas com SD ou inadaptação escolar que questões sobre a inclusão escolar desses sujeitos se ascendem e geram debates, medo e angústias em relação a este processo e as consequências deste, principalmente no desenvolvimento da linguagem escrita, alfabetização e socialização desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. A. S.; DELGADO, I. C.; VASCONCELOS, M. L. O desenvolvimento da linguagem escrita em crianças com síndrome de Down. **Prolíngua**, v. 1, n. 1, 2008.
- ANHÃO, P. P. G.; PFEIFER, L.I.; SANTOS, J.L. Interação social de crianças com síndrome de Down na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.1, p.31-46, Jan.-Abr., 2010.
- BISSOTO, M.L. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: Revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências e cognição**, v.4, p.80-88, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Constituição da República Federativa do Brasil, 24 de out 1989.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de Julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 27 de março de 2017.

BUCKLEY, S.; et al. A comparison of mainstream and special education for teenagers with Down syndrome: implications for parents and teachers. **Downs Syndrome Research Practice**, v.9, n.3, p.54-67, 2006.

CASTRO, A.S.A.; PIMENTEL, S.C. Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar in: DÍAZ, F.; et al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 354 p.

DUARTE, M. **Síndrome de Down**: situação escolar no ensino fundamental e médio da cidade de Araraquara-SP. 2008. 179 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008.

LAVRA-PINTO, B. **Consciência fonológica e habilidades de escrita em indivíduos com síndrome de Down**: um estudo longitudinal [dissertação]. 2014, Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LIMONGI, S.C.O. Linguagem na síndrome de Down. In: FERREIRA, L. P.; BEFI-LOPES, D. M.; LIMONGI, S. C. O. (Org). **Tratado de Fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, p. 373-380, 2004.

LUIZ, F. M. R.; et al. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.14, n.3, p.497-508, 2008.

SAAD, S. N. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.9, n.1, p.57-78, 2003.

SILVA, M. F. M. C.; KLEINHANS, A. C. S. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na síndrome de Down. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, 2006, v.12, n.1, p.123-138.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Submetido em 29/04/2017

Aceitoem 15/06/2017